



Universidade de Brasília (UnB)
Faculdade de Economia, Administração, Contabilidade e Gestão de Políticas
Públicas (FACE)
Departamento de Administração (ADM)
Programa de Pós-Graduação em Administração (PPGA)
MBA em Gestão e Governança em Segurança Pública

**A POTENCIALIDADE DA RONDA ESCOLAR: POR UMA POLÍTICA
PÚBLICA DE SEGURANÇA NA GUARDA MUNICIPAL**

Brasília – DF
2025

Sheila Rodrigues dos Santos

A POTENCIALIDADE DA RONDA ESCOLAR: POR UMA POLÍTICA PÚBLICA
DE SEGURANÇA NA GUARDA MUNICIPAL

Trabalho de Conclusão de Curso – TCC
apresentado ao Programa de Pós-Graduação
em Administração como requisito parcial
para obtenção do MBA em Gestão e
Governança em Segurança Pública.

Orientador: Prof. Dr. Thiago Gomes
Nascimento

Brasília – DF
2025

RESUMO:

O presente estudo, desenvolvido no contexto do MBA em Gestão e Governança em Segurança Pública – UNB, buscou uma reflexão em torno da ressignificação da ação/atuação da Ronda Escola na Guarda Municipal de Alagoinhas-Ba, a partir das narrativas dos agentes-colaboradores desencadeadas pelo método autobiográficos, dando visibilidades as suas formas de juízo crítico enquanto agente de segurança pública na instituição Guarda Municipal. Nesse sentido espera-se a implementação de uma política pública de segurança pública que direcione a sua prática profissional em um espaço específico – a unidade escolar, uma vez que narrar histórias, assim como contar a vida os guardas municipais redefinem seu papel na segurança pública enquanto agente de segurança.

Palavras-chaves: Guarda Municipal. Política Pública de Segurança Pública. Ronda Escolar.

INTRODUÇÃO

Perante as reflexões e discussões apresentadas pelo campo de estudo da Segurança Pública, na contemporaneidade configura a segurança pública com uma questão social, e ao enveredarmos por essa temática somos convidados a pensar em políticas públicas de segurança pública que garanta segurança enquanto direito básico ao exercício da cidadania, reflexões que conduz a transição das ações autocráticas para as ações democráticas nas instituições de segurança no Brasil, como pontua Neto (2011) ao nos apresenta a segurança Cidadã como uma das novas formas de pensar e agir na segurança pública proporcionando atuações democráticas.

A expressão “segurança cidadã” ganhou força, portanto, para marcar a diferença entre as políticas de segurança pública desenvolvida durante os regimes autoritários e as políticas de segurança pública depois da transição para a democracia nos países da região. É como se a expressão “cidadã” viesse qualificar ou adjetivar a expressão “segurança pública”, marcando a sua natureza democrática (NETO, 2011, p.81-82).

Esta proposta de política de segurança pública nos convida a vivenciar estratégias muito peculiares que prioriza a garantia dos direitos humanos, a partir de uma atuação conjunto entre municípios e sociedade, produzindo novos referenciais e análises originais para compreender esse novo contexto.

Todavia, a contemporaneidade impõe a necessidade de segurança como garantia do exercício da cidadania, redefinindo a descentralização, ou seja, a promoção da segurança do cidadão em âmbito municipal, assim o Estado valida uma política pública de segurança de qualidade e efetiva, de forma mais clara na esfera local. Estabelecendo uma relação próxima e de confiança entre população e poder local, “sem o qual políticas de prevenção e controle do crime e da violência têm poucas chances de sucesso” (NETO, 2011, p. 117).

Por tanto, o presente trabalho está inserido no contexto da Administração Pública, e de modo peculiar, propõe a implementação de uma política pública de segurança pública no município de Alagoinhas-BA, visando ressignificar as ações da Guarda Civil Municipal atuando na Ronda Escolar com enfoque nas políticas públicas de segurança Cidadã.

Ante o exposto, a questão norteadora deste estudo é: o que se configura como políticas públicas na segurança pública, e de que maneira podemos esculpir a atuação da Ronda Escolar como uma política pública de segurança pública?

O artigo está dividido em quatro partes, além desta introdução que traz discussões teóricas e metodológica sobre políticas públicas de segurança públicas e atuação da guarda municipal ao fazer segurança pública municipal. No primeiro capítulo são apresentados, brevemente, o conceito de políticas públicas, discorrendo para políticas públicas de segurança pública colocando em destaque o objeto da política pública de segurança – ‘é o alcance e a manutenção dessa estabilidade de um modo, ao mesmo tempo, eficaz e respeitador dos direitos fundamentais Filocre (2009, apud KAHN, 2002, p. 5).

No segundo capítulo discorro sobre a dialética investigativa que norteia a pesquisa o qual aborda métodos embasado na perspectiva qualitativa a partir de duas abordagens metodológicas: a fenomenologia e as histórias de vidas/história oral, narrativas de sujeitos. Nesse percurso metodológico as narrativas de vidas revelar a trajetória pessoal e profissional dos Guardas Civis Municipais - Gcms, consequentemente processos de identidade social – o ser guarda municipal. Para Graça (2000), pesquisa com essa trajetória de uma problemática, mas sim de inquietações sobre dúvidas advindas da instituição em análise onde se situa o fenômeno, a partir do discurso do sujeito sobre sua experiência vivencial na instituição.

Essas narrativas subjetivas profissionais darão maior enriquecimento ao suporte teórico, a fim de obter resultados coletados através das entrevistas narrativas, os dados

analisados serviram de norte para compreender como o Gcm¹ se percebe enquanto agente de segurança.

No terceiro capítulo, apresenta a análise de dados da pesquisa, ressaltando as categorias de análise mais recorrentes que emergem com mais nitidez sobre a importância das políticas públicas no desenvolvimento das ações do agente de segurança na instituição Guarda Municipal como propõem o cenário contemporâneo, bem com as ações e possibilidades da GCM em evidenciar modos de pensar e de fazer segurança pública em espaços escolares no viés de uma política de segurança pública democrática por meio da atuação da Ronda Escolar.

Por fim, espera-se que as reflexões aqui içadas referente a possibilidade da implementação de uma política pública de segurança pública na Guarda Municipal de Alagoinhas, tendo como base a atuação da Ronda Escolar operacionalize novas ações, modos de fazer e gestar na estrutura organizacional da Guarda Municipal. Impulsionando uma *práxis* rotineira para todos os Gcms² com ações efetivas de uma política pública de segurança pública pautado no crivo da cidadania e garantia dos direitos democráticos.

1. Breve reflexão sobre Políticas públicas e Políticas públicas de segurança pública

As conjunturas atuais delineadas pela contemporaneidade no que diz respeito à segurança pública têm conduzindo as instituições, bem como o estado a reorganizar suas ações de gestão de política de maneira dialógica, e em comunhão com as esferas sociais, já que não convém definir ações instituída pelo modelo tradicional, um sistema fragmentado e descontextualizado ancorado em uma comunicação vertical. Neste contexto a participação social torna-se imprescindível para a efetivação das políticas públicas de modo conceitual, geral e específico no âmbito da segurança pública no Brasil.

Mas antes de discorre sobre as políticas públicas de segurança, faz-se necessário discutir o conceito de políticas públicas, que de acordo com Souza e Negócios (2016) se apresenta como um conjunto de métodos que abarcam a alocação de insumos (financeiros, humanos ou informação) definidos pelo governo, pautado em uma lógica de

¹ Guarda Civil Municipal

² Os Guardas Civis Municipais

produtividade visando obter produtos que possam gerar, no curto prazo, certos resultados. E visível nesta definição o desejo imediatista em sanar o conflito por parte do governo.

Todavia, a contemporaneidade impõe a necessidade de segurança como garantia do exercício da cidadania, redefinindo assim o papel do Estado na validação dos direitos humanos a uma segurança pública de qualidade e efetiva, por meio de um conjunto de políticas públicas, legislações específicas, ações intersetoriais que visam assegurar a manutenção da ordem pública.

Para Nóbrega Jr (2014) políticas públicas se configura como um campo de estudo da política que avalia o governo a partir de grandes desafios públicos. Conceito esse, que se envereda pelo jogo das forças política dentro do sistema político – “política num sentido amplo, como atividade de conhecimento e organização do poder” (BUCCI, 2002, p. 242). Um processo de decisão em que há conflito de interesse públicos e privados, uma linha tênue: o governo (nacional, estadual ou municipal) decide o que fazer ou não fazer.

A política pública é uma forma de regulação e/ou intervenção no restante da sociedade, articulando diferentes sujeitos que apresentam interesses e perspectivas diversas. É um conjunto de ações do Estado decorrente de decisões compostas pelo jogo de interesses, limitadas pelos processos econômicos, políticos e sociais (PIMENTA, 2014, p.31).

Uma outra concepção pondera os resultados das ações políticas efetivadas, cuja a finalidade é alcançar os objetivos definidos para garantir o bem-estar da sociedade e o interesse público, implicando nada mais que uma política governamental. Assim, as definições de políticas públicas independentes de suas perspectivas estão atreladas as ações do estado/governo e suas variações. Para Bucci “(...) políticas públicas são programas de ação governamental visando coordenar os meios à disposição do Estado e as atividades privadas, para realização de objetivos socialmente relevantes e politicamente determinados” (2002, p. 241).

Dessa forma, as políticas públicas são pensadas a partir do momento que o bem-estar social é ameaçado por conflitos que interfere direta e indiretamente as relações entre interesses sociais e governo. E quando esses conflitos intervêm na manutenção da ordem pública? Quais ações são necessárias de maneira que o direito democrático seja garantindo?

Ao ter noção de que a definição do objeto da política pública de segurança, é a manutenção da ordem pública no seu sentido mais amplo, nos faz pensar na nossa

sociedade atual, em que a segurança surge como o principal requisito à garantia de direitos e ao cumprimento de deveres, cabendo aos órgãos estatais priorizar políticas públicas para além de necessidades imediatistas, indo pelo viés dos paradigmas que vislumbre os direitos humanos e a valorização de cada cidadão, operacionalizando uma noção de segurança pública que atender de maneira efetiva as variadas e crescentes demandas por equidade e justiça social.

E, em sim tratando de políticas públicas na segurança pública, o que está em jogo são os cidadãos, a finalidade deverá ser estabelecida a partir da perspectiva de direitos humanos, os meios propostos pelos conceitos técnicos de desenvolvimento e realização das políticas públicas. “Uma política pública com perspectiva de direitos humanos, mas também com mecanismos de avaliação em sua implementação, gestão, resultados e impacto” (SOUZA; NEGÓCIOS, 2016, p. 325).

De toda a forma, refletir o conceito de políticas públicas de segurança analisando a participação municipal, fazendo assim, um recorte institucional – para a Guarda Civil Municipal de Alagoinhas-Ba, recorte esse que discorrerá a viabilidade de uma política pública de segurança que ressignifica as ações/práticas da Ronda Escolar, em uma perspectiva cidadã que atenda aos cidadãos, bem como aos agentes de segurança/GCM, faz se necessário conceber essa política pública em uma política de segurança cidadã corroborando com a Comissão Internacional dos Direitos Humanos, que em 2009 divulgou o Relatório Sobre Segurança Cidadã e Direitos Humanos, definindo-a, a partir dos seguintes princípios:

Uma política pública de segurança cidadã deve, por fim, atender as diferentes dimensões dos problemas originados pela criminalidade e pela violência e, portanto, é necessário que suas intervenções conduzam a uma abordagem integral. Essas medidas de prevenção devem incluir um amplo conjunto, que atenda a algumas mudanças culturais na região como elementos que favorecem a reprodução da violência, assim como a incidência da exclusão e da marginalização que tem seriamente danificado o tecido social nas últimas décadas. (SOUZA; NEGÓCIOS, 2016, p. 319).

Uma perspectiva de política pública de segurança que proporciona operacionalizar ações significativas e concretas para segurança humana, delineando um novo cenário em que surgem novas concepções de segurança pública como prestação de serviço para a validação da proteção dos direitos individuais e coletivos, priorizando o respeito à vida humana, que de acordo com os princípios da ONU tem-se a Segurança Cidadã.

(...) de acordo com o conceito proposto pelo Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento (PNUD), Segurança Cidadã consiste na ideia de proteção de um conjunto de direitos básicos: respeito à vida, à integridade física e material e à dignidade (ONU, 2013). Para isso, propõe o enfrentamento à violência a partir de suas causas, estimulando a participação comunitária no desenvolvimento das atividades policiais de modo que essas sejam ajustadas de acordo com a realidade local. (VEIGA, 2022, p. 258).

Apropriando-se desse conceito a segurança se configura como um direito dos cidadãos, de todos os cidadãos, focando nas causas que emergem a violência em parceria com a comunidade/sociedade, seja ela periférica ou não, o fato é a garantia do direito a todo o conjunto de cidadãos em ações de parcerias com os agentes de segurança. Neste estudo se reportará as ações dos Guardas Civis Municipais com a comunidade escolar do município de Alagoinhas. Para isso no tópico a seguir discorrerá a abordagem metodológica que conduzirá o estudo a partir das percepções dos GCMs acerca do potencial preventivo e socioeducativo do serviço para a segurança nas escolas.

2. Percurso Metodológico: Narrativas de agentes de segurança – um pouco de si

Em toda pesquisa científica temos a necessidade de traçarmos um caminho, procedimentos sistemáticos, que norteará todo o estudo em análise, para essa pesquisa me apropriarei nos estudos embasados no método qualitativo, por buscar entender a natureza de um fenômeno social. De acordo com Richardson (1999), esta abordagem metodológica, permitirá ao pesquisador “ (...) descrever a complexidade de determinado problema, vividos por grupos sociais, contribuir no processo de mudança de determinado grupo e possibilitar em maior profundidade, o entendimento das particularidades dos comportamentos dos indivíduos” (RICHARDSON, 1990, p.80).

A pesquisa qualitativa se fundamenta em princípios embasado pela compreensão contextualizada dos fenômenos em estudo, descortinando a complexidade e peculiaridades dos contextos sociais, culturais e individuais dos sujeitos em análise. Por se configurar uma abordagem subjetiva, exige do pesquisador uma presença de campo, conduzindo-o a uma relação próxima no local onde o fenômeno social acontece.

Conforme salienta Triviños (2009) a pesquisa qualitativa apresenta uma série de características, um estudo que segue essa perspectiva que tem o ambiente natural como fonte direta dos dados, pois o pesquisador age como o instrumento-chave completamente preocupado com o processo e não com os resultados. Os dados coletados são totalmente descritivos e analisados intuitivamente, implicando uma abordagem mais reflexiva e interpretativas, embasado nos significados e sentidos que os colaboradores atribuem nas suas vivências.

Crewell (2010) afirma que toda pesquisa é envolvida por uma concepção filosófica e um método de procedimento, uma vez que é a concepção filosófica que dá um suporte ao pesquisador quanto à escolha do seu método. Por ser uma pesquisa qualitativa, norteia-se a partir da concepção construtiva social, cujos pressupostos defendem a ideia de que o indivíduo é um ser que, ao interagir com o meio (social, cultural e histórico), constrói e reconstrói significados. Sendo assim, tomarei como embasamento duas abordagens metodológicas: a fenomenologia e as histórias de vidas/história oral, narrativas de sujeitos colaboradores.

Como método, a história oral se ergue segundo alternativas que a privilegiam como atenção central dos estudos. Trata-se de focalizar os depoimentos com o ponto central das análises. Para ser valorizada metodologicamente, os oralistas centram sua atenção, desde o estabelecimento do projeto, nos critérios de recolha das entrevistas, no processamento delas, na passagem do oral para o escrito e nos resultados (MEIHY, 2005, p. 31).

Esse percurso metodológico se configura como um viés da pesquisa qualitativa que conforme nos assegura Meihy (2005) se inicia com a elaboração de um projeto - o delineamento da proposta a ser desenvolvida; a fundamentação teórica e justificativa, no segundo momento tem-se a coleta dos dados por meio de uma entrevista em que os colaboradores³ relatam momento de suas trajetórias de vidas profissionais, e por seguinte, a passagem do código oral para o escrito e a análise, constituindo o corpus da pesquisa. Toda a coleta de dados é realizada por meio de entrevistas, em que os participantes se permitem nos seus relatos descortinar as suas subjetividades, crenças, valores. Narrativas

³ Tomo o termo agente-colaborador, reportando-me aos Guardas Municipais que devido as suas participações constituímos uma relação de colaboração/cooperação tornaram possível este estudo a partir de uma relação dialógica, o informante ou entrevistado dá lugar ao colaborador, o qual deixa de ser considerado um objeto de conhecimento para co-conduzir conjuntamente com a pesquisadora o registro de sua história.

em que apresentam detalhes do cotidiano, sua visão de mundo, um mapeamento das suas práticas sociais. Que de acordo com Alberti (1990, apud SILVA, 1998, p. 118).

[...] define história oral como[...] um método de pesquisa (histórica, antropológica, sociológica, etc.) que privilegia a realização de entrevistas com pessoas que participam de, ou testemunharam acontecimentos, conjunturas, visões de mundo como forma de se aproximar do objeto de estudo [...] Trata-se de estudar acontecimentos históricos, instituições, grupos sociais, categorias profissionais, movimentos, etc., à luz de depoimentos de pessoas que deles participaram ou os testemunharam.

A pesquisa qualitativa com ênfase na história oral de vida, permite investigar as essências das experiências humanas, com um respeito a um fenômeno experienciados pelos colaboradores. Essas essências, conduz o pesquisador a enveredar pelos caminhos da fenomenologia permitindo-o afirmar que os sujeitos da pesquisa vivem, interrogam e inferem sentidos nas coisas do mundo a sua volta, suas narrativas direciona o pesquisador a analisar o sentido que eles dão às situações em que se encontra envolvido.

A fenomenológica se detém a investigar os detalhes, o vivido, o concreto sendo totalmente subjetivista. Tornando a perspectiva fenomenológica nada mais que a intencionalidade referida “[...] a qualquer coisa que se faça presente, seja ela um ruído, um perfume, uma lembrança, qualidade ou atributo que, ao ser experienciado, possa ser descrito por aquele que vivência” (ESPOSITO, 1995 apud MACEDO, 2004, p. 43).

Os pormenores são de muita importância nesta metodologia, as pequenas particularidades são percebidas quando o pesquisador conduz uma narrativa livre, com questões direcionada que favoreçam o desvelamento de barreiras simbólicas e sociais, momento em que o agente-colaborador se sinta completamente à vontade em desnudar-se entre seus anseios, angustias, desejos, medos.

O pesquisador vai, então, ao encontro dos depoimentos ingênuos do sujeito, do seu falar espontâneo, sem interpretações ou reflexões prévias do que este possa estar vivendo no seu "mundo-vida", na sua "experiência noética". Para isso, os depoimentos não devem partir de roteiros ou perguntas diretas, mas de uma questão aberta, geral, que seja capaz de nortear sem, contudo, restringir a exposição dos sujeitos sobre o tema investigado. Uma questão que abra possibilidade para um fluir livre do relato, permitindo ao fenômeno se mostrar tal como é, na sua própria linguagem, sem se direcionar pelos pressupostos do pesquisador. (GRAÇAS, 2000, p. 29).

Nesta abordagem metodológica o pesquisador propõe-se analisar e descrever os relatos dos colaboradores de forma direta, como experiência vivida de modo único, pessoal. Se detém a interpretação do vivido, pois será através das narrativas que se descobre como esses sujeitos se percebe como um ser no mundo, e enquanto agente de segurança, apresentando as suas inferências referentes a importância das políticas públicas no desenvolvimento das ações da guarda municipal.

O pesquisador colherá dados específicos e subjetivos desses agente-colaboradores, e interpretará de forma analítica, já que há todo um universo de significações, crenças, valores, representações que permite a compreensão das experiências vividas por esses GCMs em seus contextos sociais, em especial o profissional. “Ao estudar a realidade, o pesquisador, inspirado na fenomenologia, procura ir às coisas, analisar contextual e interpretativamente. O pesquisador necessita de uma percepção sensibilizadora concernente ao que olhar, ao que ouvir, ao que aprender (...)” (MACEDO, 2004, p.44).

Desta forma, um estudo investigativo pautado na história oral de vida, ou nas narrativas autobiográficas de Guardas Civis Municipais, é para o campo da ciência, e para a Segurança Pública uma valiosa contribuição, visto que esse percurso metodológico possibilitará a compreensão desta investigação científica à luz da realidade das narrativas de vida dos sujeitos em uma dimensão política, pois tem se como essência a realidade dos Guardas Civis Municipais, e como eles ressignificam essa realidade de maneira crítica e criativa.

E, é nesta perspectiva que discorro o próximo tópico, refletido a partir das narrativas de vidas de um grupo de GCMs, o quanto se é necessário discutir políticas públicas de segurança pública com os agentes da segurança que fazem de fato tornarem efetivas essas políticas.

2.1 Os agentes-colaboradores⁴

⁴ Tomo o termo agente-colaborador, reportando-me aos Guardas Municipais que devido as suas participações constituímos uma relação de colaboração/cooperação tornaram possível este estudo a partir de uma relação dialógica, o informante ou entrevistado dá lugar ao colaborador, o qual deixa de ser considerado um objeto de conhecimento para co-conduzir conjuntamente com a pesquisadora o registro de sua história.

Durante a realização da coleta de dados, alguns critérios seletivos se fizeram presentes para a escolha dos agentes-colaboradores, que a princípio seria apenas um grupo com os GCMs que atuam/atuaram na ronda escola, mas ficaria muito limitado e não se estenderia a toda a instituição as reflexões e análise coletas, apenas uma parte da GCM seria ouvida sem nenhum critério estabelecido, o que poderia conduzir o estudo para outras categorias que certamente iriam emergir nas coletas dos dados. Sendo que nesse momento era necessário estabelecer critérios para conduzir a pesquisa aos objetivos propostos.

Para isso, a seleção dos sujeitos da pesquisa utilizou-se os seguintes critérios: a) um grupo de GMCs que representassem os grupamentos que temos na nossa instituição, seguir esse juízo crítico por entender a rotatividade nos grupamentos, pois não temos um regulamento interno que estabeleça os pré-requisitos para compor os grupamentos, em destaque a ronda escolar. Por apresentar essa característica, uma boa parte dos selecionados atuaram/atuam/atuará na ronda escolar de maneira rotativa devido ao ordenamento diário da GCM.

Com os sujeitos selecionados agendei as entrevistas com o grupo por telefone e whatsapp, realizando uma enquete disponibilizando três horários, para que a escolha do horário foi bem democrático, atendendo a disponibilidade da maioria.

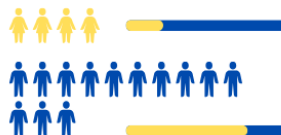
O primeiro encontro com o grupo Gcms-corporação⁵, foi um momento de contato pessoal entre pesquisadora e agentes-colaboradores, momento esse no qual ocorreu um breve bate papo do que seria a pesquisa expondo os objetivos pensados e o porquê ter optado por uma entrevista narrativa. As questões foram elaboradas com base na problemática de estudo e nos objetivos, visando articular questões com história profissional/pessoal dos Gcms da instituição, desse modo iniciou a entrevista em um local que acontecem eventos, reuniões da prefeitura, um espaço amplo, possível comportar a todos os 17 GCMs que se fizeram presente, o infográfico abaixo apresenta o perfil desses agentes, o item referente a idade não foi possível se coletados pois houve uma resistência por parte de alguns Gcms.

⁵ Ressalto que os nomes agentes colaboradores são nomes fictícios, com o intuito de preservar as identidades dos mesmos conforme acordado durante a pesquisa, logo, atribuir essa referência ao grupo por ser composto por guardas municipais que no momento não atuam como cargos representando a gestão municipal. São Gcms que representam seus interesses profissionais enquanto servido público, e nas análises cada Gcm será identificado por uma consoante.

PERFIL DOS AGENTES-COLABORADORES

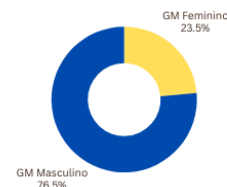
GÊNERO

Foram entrevistados 17 Guardas Cívicas Municipais, destes apenas 04 Guardas Municipais Femininas, e 13 Guardas Municipais Masculinos.



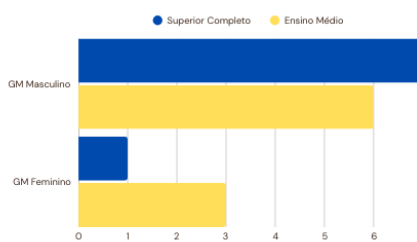
*por 17 Guardas Cívicas Municipais

PERCENTUAL DOS 17 AGENTES-COLABORADORES



ESCOLARIDADE

Dos 17 entrevistados 08 têm Ensino Superior Completo, e 09 Ensino Médio Completo. Sendo que apenas 01 Guarda Municipal Feminina tem Ensino Superior Completo.



*por 17 Guardas Cívicas Municipais

GRAU DE ESCOLARIDADE DOS 17 AGENTES-COLABORADORES



Gráfico 1 – Referente ao perfil dos agentes colaboradores

Entrevista realizada, iniciou-se a etapa da transcrição. Sem dúvida esta foi à etapa mais cansativa⁶, pois o movimento repetitivo de estar voltando o áudio diversas vezes para ouvir e escrever fielmente as narrativas requer tempo, não deixando também de ser uma ação prazerosa, visto que à medida que transcrevia as falas do texto oral as categorias iam emergindo e ganhando legitimidade, se transformando em texto escrito, em algo concreto. Ressalto que este é um momento importantíssimo para a metodologia da pesquisa, pois é a partir da construção do *corpus* que o pesquisador adentra de fato à análise do seu objeto.

3. O entre-lugar⁷ nas trajetórias de vida: guardas civis municipais se percebendo agentes de segurança pública

⁶ A transcrição foi feita ouvindo atentamente o áudio, poderia optar por diversos apps, ou outras ferramentas digitais que realizam a passagem do oral para o escrito, mas eu não teria mergulhado na essência de cada fala dos agentes-colaborados, como nos propõe a abordagem fenomenológica.

⁷ Homi Bhabha em sua obra intitulada *O local da cultura*, destaca que as identidades se constroem não mais pelas singularidades, instituídas pelos marcadores sócias: as de classe, gênero, etc. E, sim, nas fronteiras das diferentes realidades - dos entre-lugares.

Quando nós pesquisadores se aventuram pelas narrativas de vidas de nossos colaboradores nos deparamos por uma trilha que nos conduz a diversas rotas, e para este capítulo tomo como percurso os caminhos que os agentes-colaboradores trilharam na sua atividade profissional ao se perceberem agentes de segurança na instituição guarda municipal, e não apenas guarda municipal.

Na primeira categoria de análise, as perguntas realizadas aos participantes de pesquisa tiveram como objetivo tecer uma reflexão sobre a importância das políticas públicas no desenvolvimento das ações do agente de segurança na instituição Guarda Municipal como propõem o cenário contemporâneo.

As narrativas desses sujeitos nos possibilita analisar as suas histórias por vários vieses, compreendendo o sujeito que está se narrando como pessoa, agente de segurança, sujeito de suas ações, dono de si e profissional. Nas narrativas que serão aqui apresentadas os agentes-colaboradores narram seu percurso profissional a partir da sua percepção de ser guarda municipal no contexto contemporâneo, evidenciando a sua identificação social⁸, ou organizacional, que de acordo com Dubar (2005, p. 140) a “construção das identidades se realiza, pois, na articulação entre os sistemas de ação, que propõem identidades virtuais, e as trajetórias vividas, no interior da quais se forjam as identidades ‘reais’ às quais os indivíduos aderem”. Nesse processo os GCMs atribuem significados a sua organização – GCM a partir dos valores e atributos organizacionais da mesma, da sua relação com seus colegas de farda, e principalmente na sua autodefinição e autoestima em ser membro desta organização. É um sentimento de pertença, uma identificação social ser guarda municipal.

Segundo Hall (2006) nós só sabemos o que significa ser guarda municipal devido ao modo como somos representados, por um conjunto de significados que implica na representação cultural dessa organização, e podemos perceber essa identificação organizacional nos relatos dos GCMs:

Proteger, servir a comunidade (Gcm-corporação S, **entrevista narrativa, 2024**).

[...] ser guarda hoje, é a gente não ter, vamos dizer, um respaldo tão grande, é a gente fazer as coisas de coração, fazer as coisas por vontade mesmo. E a gente trabalha assim, sem estrutura, mas o trabalho é feito

⁸ É por meio da identificação que os indivíduos se reconhecem como distintos uns dos outros, sendo capazes de contestarem, argumentarem e compreenderem a vida social. (Marra et al., 2014).

na melhor forma possível, sempre. [...] A guarda não tem, vamos dizer, o respaldo que a gente sempre procura. Outras instituições têm até mais que a gente, porém, a gente trabalha sem, e dá o resultado que está a nosso alcance naquele momento. (Gcm-corporação L, **entrevista narrativa, 2024**).

Guarda é um servidor público, no caso de Alagoinhas municipal, que tem um conjunto de atribuições previsto na lei 13.022, onde uma delas é zelar, proteger e cuidar do patrimônio público, zelar pela proteção da cidade. [...]. Enquanto a gente de segurança, ser guarda municipal, a gente precisa de todas essas ferramentas para exercer a função na qual hoje a guarda está inserida, que é fazer segurança pública de fato. [...] precisa que seja equipado, com aparatos necessários para fazer a segurança pública municipal. Precisa de equipamentos, precisa de cursos, de capacitação. Precisa de normatização, precisa de regulamentação das leis (Gcm-corporação M, **entrevista narrativa, 2024**).

Como pode ser observado nos fragmentos das falas dos Gcm-corporação S, e Gcm-corporação M, ressaltaram os valores éticos, a disciplina, o respeito e a missão social do agente de segurança guarda municipal. Gcm-corporação M vai mais além dos valores éticos da instituição e traz no seu relato as condições reais para que o guarda municipal atue com respaldo no seu fazer de maneira efetivada a segurança pública, externando as limitações constitucionais por parte dos municípios, e a falta de investimento dele também corrobora para que as condições de atuação da guarda municipal seja limitada, ou muitas vezes até abortada.

Valadão (2010) pontua a grande importância do papel singular e estratégico dos municípios brasileiros, respectivamente seus gestores na efetivação na produção de segurança pública, bem como nas políticas públicas de segurança pública, delineando assim novo modelo de atuação de agentes de segurança no Brasil. “ (...) a abstenção do poder público municipal nessa área da política pública é um fator comprometedor dos esforços de construção e de enraizamento de políticas e programas tecnicamente adequados e consequentes no âmbito da segurança pública” (Valadão, 2010, p. 158).

Enquanto isso, Gcm-corporação L descreve sobre o que é ser agente de segurança na instituição GCM trazendo vestígios de uma escolha marcada por uma desvalorização, um não reconhecimento legal da sua atuação como guarda municipal. Nesta fala é perceptível a subjetividade em evidência, deixando claro a autopercepção que o indivíduo possui de sua identidade social enquanto GCM, e que não tem o reconhecimento e legitimação por parte da administração municipal com relação a sua qualificação

profissional. Considera-se nesse quesito o quão é necessário para essa instituição que se reflita entre os seus agentes a implantação de ações capazes de promover uma mudança na sua cultura organizacional.

Ao relatarem as suas percepções sobre ser agentes de segurança na instituição GCM, os agentes-colaboradores narram elementos distintos que ecoam suas subjetividades no papel que desempenham na instituição. Essas percepções divergentes refletem o processo da constituição identitária organizacional a partir das experiências e vivências de cada um deles, bem como de sua relação com os valores e objetivos proposto pela organização.

Cada relato revela indícios que nos leva a perceber que o guarda municipal experiencia uma identidade organizacional ou social ambivalente. Uma hesitação diante da sua prática profissional e sua identificação no campo da segurança pública, em meios a valores da instituição. Ora são responsáveis segurança pública municipal, ora não lhe compete essa atribuição.

Constitucionalmente, seu papel está restrito ao policiamento de bens, serviços e patrimônio públicos. Mas, no mundo real, o guarda depara-se com os conflitos advindos da cidade, a partir dos quais colocam-se frente a frente as concepções e práticas que caracterizam sua identificação e os rumos da segurança pública. (ALMEIDA; BRASIL, 2011, p. 610).

E essa constituição identitária social do GCM atualmente vivencia um momento transitório a nível de Brasil⁹, nova atribuições, nova nomenclatura, um novo lugar que o espera, mas a transição desse caminho tende a inserir o GCM no entre-lugar, local em que as definições, nomenclaturas, atribuições estão a ser concebidas e consolidadas, é possível perceber na fala do Gcm-corporação M:

Enquanto a gente de segurança, ser guarda municipal, a gente precisa de todas essas ferramentas para exercer a função na qual hoje a guarda está inserida, que é fazer segurança pública de fato. Está tendo aí o julgamento no STF sobre o patrulhamento, julgando se a guarda, pode ou não pode fazer o patrulhamento, fazer o patrulhamento, então é isso. A guarda precisa de regulamentação, precisa de instrumentos para trabalhar. Todo um arcabouço para poder desenvolver a segurança pública municipal que é a nossa seara – guarda municipal. (Gcm-Corporação M, **entrevista narrativa, 2024**).

⁹ Reporto a recente decisão do Supremo Tribunal Federal, no julgamento do Recurso Extraordinário nº 608588 referente as atribuições das guardas municipais no policiamento ostensivo e comunitário.

Parar para analisar, se for pensar essa nova roupagem da guarda municipal, pensou-se na aproximação da comunidade à segurança pública. Até então, os guardas, e todos os municípios na verdade, eram pensados como apenas logradouros públicos.

Tinha pensamento, (não vou dizer pequeno), arcaico, antigo, que o guarda só podia tomar conta do prédio público, seja uma escola, seja uma praça pública. Hoje, essa nova proposta vem além disso. Ela vem, na verdade, mostrando a intenção da união e a necessidade que o guarda entenda, e os municípios também, dos gestores, dos chefes executivos, prefeitos, de não entender que essa nova roupagem coloca o guarda municipal não como polícia. Polícia é polícia, guarda é guarda. [...] O guarda municipal, ele tem que ter entendimento que ele tem uma responsabilidade a mais, indiferenciada. Se você parar para analisar, o guarda abrange, a função do guarda abrange bem mais que a polícia militar, [...] se você for olhar para 13022, ele tem que prover o bem-estar da população. Isso é englobado, isso aí é muito aberto (Gcm-Corporação J, **entrevista narrativa, 2024**)

Nos relatos dos agentes-colaboradores é notável que eles se percebem nesse processo identitário, nesse entre-lugar, uma ambivalência, que aos poucos vai se conduzindo em um caminho mais conhecido, ainda com certa estranheza, pois ser agente de segurança ainda se configura de maneira nova e de fato estranha para o guarda municipal, uma vez que está em jogo as suas identidades subjetivas e social. Como nos aponta Josso (2007), ao definir as nossas identidades como “(...) expressões de nossa existencialidade, através da análise e da interpretação das histórias de vida escritas, permite colocar em evidência a pluralidade, a fragilidade e a mobilidade de nossas identidades ao longo da vida. (JOSSO, 2007, p. 415).

O guarda tem que estar a par das necessidades da comunidade. Ele tem que estar, acima de tudo, disposto, olha o emblema: protetor e amigo. Ele tem um algo a mais, ele tem que se aproximar um pouquinho mais da comunidade. Hoje, sempre, a polícia militar, a quem diga que seja truculenta [...] e, vamos dizer assim [...] a polícia militar seja distante da comunidade. E hoje, a guarda municipal foi pensada para isso, para aproximar mais a segurança pública do morador, do cidadão, para que o cidadão fique mais à vantagem nos seus anseios, na vontade de chegar até a segurança pública (Gcm-Corporação J, **entrevista narrativa, 2024**).

É nessa perspectiva que o debate sobre uma política pública de segurança cidadã começa a ganhar um contorno entorno das ações/atuações das guardas municipais. Gcm-

corporação J ao reproduzir um discurso institucionalizado pela população e algumas literaturas referentes a atuação das forças militares, abre espaço para essa reflexão.

A crítica à militarização de nossas polícias reside no fato de que apesar dos esforços em introduzir essa concepção moderna nas polícias atuais não se rompe com práticas antigas. Não adianta introduzir conceito de *Polícia Comunitária* se não se rompe com essas práticas na formação policial fora do contexto social vigente, onde o stress psicológico, a fustigação e a destruição do inimigo ainda se encontram na pauta da ordem do dia. (CAMPOS, 2013, p.78).

Neste cenário, a pós-modernidade nos põem em um desafio diante da necessidade de mudança na atuação dos órgãos de segurança pública, uma vez que as ações ainda são autoritárias, embora os princípios sejam democráticos, logo, a segurança na contemporaneidade tende a ser um dos elementos das necessidades humanas, o que nos faz pensar Carvalho e Silva (2011) em políticas públicas de segurança pública que assegure a ordem pública com procedimentos táticos-operacionais e político-sociais que considerem a questão em sua complexidade validando a garantia dos direitos humanos

Nesse mesmo cenário, estudiosos têm observado essa aventura, como Ricardo e Caruso (2007), ao declarar que o espaço da cidade e seus equipamentos e serviços, como a escola, a praça, o posto de saúde, o trânsito, as ruas do bairro, têm exigido encaminhamentos por parte da guarda, exatamente pela ideia de proximidade que ela tem com a comunidade. (ALMEIDA; BRASIL, 2011, p. 604-604).

Com essa nova perspectiva democrática nos anos 2000 tem-se a primeira política nacional no viés democrático para a segurança pública, o Plano Nacional de Segurança Pública - PNSP, que para Carvalho e Silva (2011) esta política pública de segurança instituiu um marco extremamente significativo no campo da segurança pública brasileira, com uma proposta de integração de políticas de segurança sociais e comunitárias, visando a prevenção e repressão da criminalidade no país.

Mais adiante em 2007 temos o Programa Nacional de Segurança Pública com Cidadania – Pronasci, com o princípio voltado a políticas públicas de segurança com ações sociais e de urbanização focado na segurança cidadã, constituindo por uma articulação entre os representantes da sociedade civil e as diferentes agentes de segurança – polícias civil e militar, corpo de bombeiros, guarda municipal. Essa estratégia de estruturação social “apresenta uma forma e um olhar multidisciplinar em relação à

questão da segurança pública (CARVALHO E SILVA, 2011, p. 64). Atuando nas raízes socioculturais, o Pronasci dar início ao conceito de segurança cidadã, tornando o agente de segurança mais achegado a sociedade, com efetiva possibilidade de exercício da cidadania.

No estudo em análise os Gcms apresentam um contato mais próximo com a comunidade/municípios, identificando e compreendendo as questões mais banais na comunidade, desenhado indícios de uma política pública de segurança em suas ações, e convalidando uma segurança pública em que os direitos humanos são garantidos a partir de uma atuação humana, civil, bem próxima dos municípios, como nos descreve os agentes-colaboradores:

No meu fazer como GM eu faço política pública, porque quando eu dou assistência ao cidadão, quando eu faço o meu trabalho, quando eu desempenho o meu trabalho da melhor forma possível, eu visualizo eu, [...], fazendo política pública no meu fazer, na minha vontade, na forma como eu trabalho. Quando eu dou assistência a uma vítima de violência e que encaminho ela para toda a rede, que dou toda a informação de como ela pode proceder, que deixo ela à disposição, que a Guarda está à disposição para atendê-la 24 horas, eu estou fazendo política pública. Estou contribuindo através do meu trabalho para que essa política pública seja realizada. (Gcm-Corporação M, **entrevista narrativa, 2024**)

[...] a partir do momento que eu embarco, vou patrulhar, devidamente fardado, paro, faço PB¹⁰. Éee ...eu já estou fazendo segurança. O meu papel como guarda é fazer segurança pública (Gcm-Corporação J, **entrevista narrativa, 2024**).

A gente, enquanto Guarda Municipal, a gente tem uma função de prevenção. Não é só prevenção contra a criminalidade, mas é uma prevenção útil para dar uma assistência à sociedade [...]. Por exemplo, se um cidadão passou mal, a gente tem que saber intervir nessas situações, não é só prevenção contra a criminalidade, mas é prevenção útil para dar uma assistência à sociedade (Gcm-Corporação B, **entrevista narrativa, 2024**).

Essa aproximação com a comunidade vislumbra uma *práxis* do GCM que dialoga com a proposta de fazer segurança no viés de uma política pública de segurança pública, em que há espaço para uma segurança cidadã, conceito esse que rompe com a atuação

¹⁰ Expressão utilizada pelos Gcms que trabalham nas viaturas para identificar os pontos bases ou pontos de paradas, ressaltando que esse código linguístico não foi criado pela instituição GCM de Alagoinhas, apenas nos apropriamos das instituições GM irmãs.

autoritária dando margens para que avancemos para uma política de segurança que defende os direitos de todos.

Desta forma, o presente capítulo teceu uma breve reflexão sobre o GCM enquanto agente de segurança, percorrendo por uma noção de políticas públicas de segurança pública na sua *práxis* cotidiana, vale ressaltar que uma pequena maioria dos entrevistados compreender o conceito de políticas públicas de segurança pública para além dos normativos constitucionais, eles enquanto agente e segurança tem o entendimento de que fazem e tornam efetivas as políticas públicas de segurança que estão aos seus alcances.

O próximo tópico terá como finalidade apresentar as ações e possibilidades da GCM em evidenciar modos de pensar e de fazer segurança pública em espaços escolares no viés de uma política de segurança pública democrática por meio da atuação da Ronda Escolar.

3.1. Ronda Escolar: novas formas de fazer políticas públicas de segurança pública

Com a instituição da nossa Carta Magna que discorre sobre o processo de democratização da sociedade brasileira, iniciando assim novos tempos, tempos esses de afirmação da legitimidade dos direitos civis e político assegurado pelo Estado. Possibilitando aos Municípios a constituição de suas Guardas Municipais conforme redação do §8º do art. 144. De tal modo, diversos gestores executivos tem criado suas guardas municipais “(...) num quadro de busca de alternativas e soluções para os problemas sociais crescentes, quase sempre ligados à expansão da violência e do crime, em seus diferentes formatos as guardas representam uma tentativa de inovação no quadro das políticas de segurança (BRETAS e MORAIS, 2009, p. 160), e lhes atribuído tais missões, dentre outras podemos destacar o papel significativo da Ronda Escolar na promoção da cultura de paz.

A problemática da violência atinge os espaços sociais, independe dos marcadores sociais (gênero, região, religião, raça ou cor de pele, etnia, território, classe social entre muitas outras), deixando de ser um problema isolado, infelizmente estamos sujeitos a sofrer com a violência no nosso cotidiano, em qualquer lugar, e específico para essa análise de estudo exemplifico o ambiente escolar.

Um dos espaços sociais que muito sofre com essa violência são as unidades escolares, pode-se afirmar que atualmente a violência escolar adentrou no currículo escolar, e está na rotina das unidades escolares, lamentável. Infere-se, pois, que a escola é reflexo do corpo social que temos, e deste modo, se configura como um fenômeno que cresce gritantemente nos dias atuais, e para essa eventualidade tóxica, nos deparamos com diversos fatores que dilaceram as boas regras de convivência subvertendo a lógica do funcionamento da unidade escolar. Evidenciando de tal modo, uma “suposta impotência” das unidades escolares, permitindo assim, a presença de instituições externas ligadas à segurança pública, neste caso a ronda escolar representando a GM.

A atuação da Ronda escolar nas unidades escolares com ações ostensiva, como propõe a redação da PL 1674/2023, distancia a ação preventiva, ou mesmo educativa, diante dos grandes índices de violência nas escolas, mas por serem agentes de segurança que segue uma legislação que aponta promover uma atuação de segurança pública democrática, faz-se necessário reinventar nossas práticas para além da ação ostensiva, como ressignificando-as, por meio de uma *práxis* de cunho socioeducativo.

Seguindo essa perspectiva de desempenho os GCMs do município de Alagoinhas expõem sinais dessa *práxis*, uma vez que nas narrativas dos GCMs é notório a descrição de um profissional de segurança que exercer um papel de educadores sociais fomentando ações, modos de pensar e de fazer segurança pública em espaços escolares no viés de uma política pública de segurança cidadã, conforme o relato da Gcm-corporação M, a saber:

[...] a ronda escolar ela já é um instrumento que pode fazer na comunidade escolar esse trabalho, agora uma ronda escolar com uma outra roupagem. Esse nome ronda escolar da entender que a gente, é... a parte ostensiva para atender a escola no momento de conflito, então integraria a ronda escola além do suporte no momento de conflito, mas introdução de palestras. (Gcm-Corporação M, **entrevista narrativa, 2024**)

São profissionais que agem e interagem na prevenção dos problemas de violência e na resolução de conflitos, mas para uma concretização de uma segurança cidadã a ronda escolar deve ir além, não se limitar apenas aos “chamados”. Pestana (2019) corrobora com o posicionamento do Gcm-corporação M, ao enfatiza que os Gcms têm condições de fazer parte do processo educacional e social dos alunos, contribuindo com suas habilidades específicas para o desenvolvimento desses indivíduos de maneira cidadã.

A ronda escolar enquanto grupamento com atividades específicas reafirma a instituição GM como consta na redação da Lei 13.022 em que determina diligências de cunhos sociais e preventivo estendendo-se para atos educativos. Para Almeida e Brasil (2011) o novo paradigma da segurança pública inseri o Gcm em um outro lugar, no qual a prática profissional desses agentes versa a segurança comunitária, preventiva e socioeducativa. Neste sentido, narra a Gcm-corporação M:

[...] a ronda escola iria trabalhar dentro das escolas com palestras, com... ajudar na disciplina, alguma atividade socioeducativa dentro da escola, como ordem unida. Então a ronda escolar iria trabalhar dentro da comunidade escolar de uma forma mais efetiva e não só para atender o chamado de resolução de conflito e sim, [...] a ronda escolar tivesse um trabalho voltado para a questão social que a escola promove. Colocar a Guarda dentro dessa questão social, dentro das políticas sociais da escola, para que a guarda ficasse com uma pasta dessa através da ronda escolar. (**Gcm-Corporação M, entrevista narrativa, 2024**)

Pensando nessa nova proposta de trabalho da ronda escolar torna-se imprescindível uma articulação entre as secretarias municipais e instituições sociais, vinculando uma aproximação intersetorial que na concepção de Dominici (2017) favorece a interação entre as diversas instituições e também a sociedade civil, uma questão de política pública, abrimos espaço para um olhar mais vasto e receptivo, que não apenas visa solucionar o conflito, mas prevenir, informar, orientar e direcionar de maneira educadora a população escolar favorecendo a cultura da paz. Formando uma tessitura com os sujeitos envolvido na unidade escolar: professor, coordenador, gestão escolar, todos. A equipe escolar deve ter conhecimento do saber-fazer dos Gcms que compõem a ronda escolar.

Começa lá no início mesmo, na jornada pedagógica. E começamos logo pelo professor, que o professor muitas vezes não sabe o trabalho do guarda. A gente vai fazer um trabalho de Ronda Escolar sem o professor primeiro não saber o que é a atribuição, até onde a gente pode ir. E a melhor forma que... pudesse começar... na jornada pedagógica, porque está todo mundo ali. E seria um início para começar a entender essa questão. Para começar a entender essa questão e. para desenvolver a Ronda Escolar de fato nas escolas. (**Gcm-corporação L, entrevista narrativa, 2024**)

A segurança municipal das escolas em Alagoinhas se tornará mais eficiente na medida em que haja mais esforços e trabalho intersetorial com a secretarias municipais,

parceiros sociais, e a comunidade escolar, sobretudo a comunidade escolar que tem acesso mais direto aos problemas sociais das suas unidades priorizando o trabalho preventivo com políticas públicas de inclusão social em parceria com a ronda escolar.

Com modelo intersetorial e em rede a presença e eficácia da ronda escolar se desenvolverá integrada, em parceria com o corpo escolar, os conselheiros, secretaria de educação, secretaria de assistência social, com todo o coletivo envolvido direcionando formas de atuação com as devidas especificidades de cada escola.

A realidade de cada escola é única, e está atrelada ao seu espaço territorial no qual se expressa de forma viva a produção e reprodução de sentidos e significados das relações socioeconômicas, culturais e políticas. Territórios de vivências e particularidades experienciados pelos diferentes atores sociais, refletindo a vida social desses sujeitos. Então, não cabe adentra de qualquer forma nas unidades escolares e desenvolver as mesmas ações, cada chamado acionando a ronda escolar é preciso ter a compreensão de que ainda que seja a mesma escola da ocorrência anterior, será uma nova ação. Assim, nos relata:

Eu creio que com essa demanda de Ronda Escolar tem que se envolver várias instituições. Como a Guarda Municipal, Secretaria de Educação, Conselho Tutelar. Porque lidar com crianças, com menores, que envolvem adolescentes, é muito complicado [...]. Creio que uma das políticas que deveria ser, eu como coordenador ou comandante, envolveria todas essas instituições. E principalmente alguém de bacharel em direito também, para que nossas ações não viessem responder a nenhum processo. (**Gcm-corporação W, entrevista narrativa, 2024**).

A implementação do modelo intersetorial de política pública na ronda escolar proporcionará “articulação, integração, cooperação, parcerias, ação conjunta, interação, participação, dentre outros, que expressam a realização de um trabalho integral” (PEREIRA, TEIXEIRA, 2013, p. 123), entre setores de área distintas constituindo uma equipe multidisciplinar em uma rede, descortinado a possibilidade de uma melhor presença efetiva da Ronda Escolar nas escolas por meio de atos preventivo e protetivos, a partir do desenvolvimento de ações socioeducacionais integradas, salientando nessas ações o protagonismo do professor, e a não militarização das escolas.

É indispensável interação entre os setores e os sujeitos participantes que essa rede de conhecimento transforme a realidade da unidade escolar, mas será que essa integração existe na relação entre Gcms e a instituição GM quanto ao desenvolvimento da ronda

escolar? No entanto, os ecos das vozes aqui narradas revelam-nos o desejo de se fazer segurança pública assegurado em políticas públicas no viés intersetorial efetivando a real presença da ronda escolar não só atuando no imediatismo, no momento de grandes conflitos, mas sim em atos contínuos reafirmando a sua prática profissional no saber-fazer segurança pública refletindo sobre ser agente de segurança, elevando seu senso crítico, aprendendo, continuar aprendendo nas tessituras de conhecimentos estabelecido pela integração dos órgãos municipais, para intervir mais efetivamente nos seus chamados as unidades escolares.

Ao pensar essa implementa dessa política de segurança cidadã para a ressignificação da ronda escolar serão formulados políticas, ações e metas para solucionar problemas causados pela violência fomentando a cultura de paz no contexto da instituição educacional, bem como a prevenção dos conflitos estabelecendo uma proposta pedagógica específica para esse grupamento, formação para os agentes por meio de um diagnóstico realista,

O próprio profissional guarda municipal pertencente a Ronda Escolar, ao vivenciar em sua práxis uma política de segurança pública que direcione o seu saber-fazer estará participando de forma clara e explícita do processo de construção da cidadania, de tal modo, estará afirmando a sua identidade organizacional, não será apenas vestígios desse saber-fazer de maneira sucinta foi observado nas narrativas dos agentes-colaboradores.

Será uma nova postura, um novo lugar em que se assegura a territorialidade dos Gcms de Alagoinhas redesenhando seu atuar enquanto agente público de segurança desta maneira, dá-se novos indícios e contornos às áreas de atuação da Guarda Municipal, ressignificando o papel no campo da segurança pública.

ALGUMAS REFLEXÕES

Ao iniciar essa construção investigativa, tinha consciência de que o ato de pesquisar não se configurava como uma trajetória linear, e sim, uma ação que induz o pesquisador a criar rotas, trilhas, vielas, trajetos possíveis para o desenvolvimento da pesquisa em questão. Percebo, também, que além de buscar caminhos exequíveis, o pesquisador fala de um lugar de propriedade, um lugar de fala de quem experienciou cada

trilha percorrida, muitas dessas, às vezes, foram necessárias o regresso. E retomar um novo rumo, um pequeno atalho que se passou despercebido, enfim, um lugar de quem se fez inventivo e coerente quanto as suas escolhas assumidas para a concretização deste estudo.

Dessa forma, esse estudo contempla uma posição reflexiva em operacionalizar uma política pública de segurança cidadã ressignificando a ação/atuação da Ronda Escolar no município de Alagoinhas, a partir das narrativas de 16 agentes-colaboradores desencadeadas pelo método autobiográfico, sustentando-se na base dialógica entre ser agente de segurança pública na instituição guarda municipal versus as políticas públicas de segurança pública, estabelecendo uma tessitura de conhecimentos e reflexões plausível quanto ao projeto de se implementar essa política pública de segurança pública na Ronda escolar da guarda municipal de Alagoinhas-Ba.

As narrativas aqui validadas remetem a prática do GM no seu cotidiano ao atenderem os chamados das unidades escolares nessa efetivação de suas ações se deparam com a falta de programas e projetos nas escolas refletindo sobre a temática da violência escolar, tudo funciona no imediatismo, não se tem medidas para mitigar a violência nesse espaço, nem por parte das escolas, nem pelo própria GM.

Nesse impasse o que se expõe são as dificuldades, ou mesmo negligências em se pensar na implementação das políticas públicas e de segurança quanto ao objeto desse estudo, a juntura horizontal e intersetorial e o comprometimentos dos gestores municipais. Uma vez que, a inserção dos municípios no campo da segurança pública demonstra grandes mudanças na relação com a comunidade, o município, enquanto unidade federativa mais próxima do cidadão, operacionalizará por meio da GM atuação de prevenção e manutenção da ordem pública por meio de políticas públicas de segurança na gestão local combatendo os problemas de violência e criminalidade.

O potencial preventivo do serviço da Ronda Escolar vem avançando discretamente com efeitos a longo prazo, contudo com a proposta de ação da GM via uma política pública de segurança cidadã o desempenho preventivo junto à comunidade escolar, se tonará reconhecido e conhecidos pelos estudantes, pais, pela própria população alagoinhense, rompendo as barreiras da resistência, desconfianças e conveniências de alguns atores.

Para tanto, este aspecto conclusivo se estrutura a partir de um somatório de vozes de guardas civis municipais alagoinhenses, que se reconhecem como agentes de segurança, muito embora não haja uma política pública que direcione a sua prática

profissional em um espaço específico – a unidade escolar, porém no seu ordinário executam inexploravelmente um potencial preventivo enquanto estratégia de (re)afirmação, (re)aproximação e ressignificação da atuação dos guardas municipais implicando uma mudança cultura por parte da organização, e sobretudo na percepção/recepção da sociedade do papel socioeducativo da guarda municipal.

REFERÊNCIAS

ANJOS, Dolmar dos; SOUZA, Robson de Oliveira. **Institucionalização da Operação Ronda Escolar em Batalhão de Policiamento Escolar na PMBA**. Monografia (Especialização) – Universidade do Estado da Bahia/Academia de Polícia Militar, Salvador, 2012. Disponível em:
Acessado em 01 mar. 2025.

BRASIL. Câmara dos Deputados. **Projeto de Lei nº 5.568, de 5 de abril de 2013**. Altera a Lei nº 13.022, de 8 de agosto de 2014 - Estatuto Geral das Guardas Municipais, para dispor sobre a atuação dos guardas municipais na segurança escolar, e altera o Decreto-Lei nº 2.848, de 7 de dezembro de 1940 – Código Penal, para aumentar a pena de crimes cometidos em contexto escolar. Disponível em:
<https://www.camara.leg.br/proposicoesWeb/fichadetramitacao?idProposicao=2355116>.
Acessado em 18 de set. 2024.

BRETAS, Marcos Luiz [e] MORAIS, David Pereira. **Guardas municipais: Resistências e inovações**. Brasília, Secretaria Nacional de Segurança Pública do Ministério da Justiça/Editora da UFRGS. 2009.

BUCCI, Maria Paula Dallari. Políticas públicas e Direito Administrativo. *In: Direito Administrativo e Políticas Públicas*. São Paulo: Saraiva, 2002. p. 241-278.

DIAS, L. L. A segurança Pública sob a ótica dos direitos humanos. **Educando para uma segurança pública democrática**. 1a.ed.João Pessoa - PB: Editora UFPB, 2014, v. 1, p. 35-50.

CARVALHO, Vilobaldo Adelídio; de, SILVA Maria do Rosário de Fátima . Política de segurança pública no Brasil: avanços, limites e desafios. *Revista Katálisis* [en linea]. 2011, 14(1), 59-67[fecha de Consulta 19 de fev de 2025]. ISSN: Disponível em:
<https://www.redalyc.org/articulo.oa?id=179618775007>.

CRESWELL, John W. **Projeto de pesquisa: método qualitativo, quantitativo e misto**. Tradução Magda Lopes; consultoria, supervisão técnica desta edição Dirceu daSilva. 3 ed. Porto Alegre: Artmed, 2010. P. 25 – 47.

FREIRE, Paulo. **Pedagogia do Oprimido**. 17 ed. Rio de Janeiro, Paz e Terra, 1987.

FILOCRE, D'Aquino. Classificações de políticas de segurança pública. **Revista Brasileira de Segurança Pública**, [S. l.], v. 3, n. 2, p. 146–158, 2009. DOI: 10.31060/rbsp.2009.v3.n2.57. Disponível em: <https://revista.forumseguranca.org.br/rbsp/article/view/57>. Acesso em: 28 dez. 2024.

GRAÇAS, ELIZABETH MENDES DAS. Pesquisa qualitativa e a perspectiva fenomenológica: fundamentos que norteiam sua trajetória. **REME-Revista Mineira de Enfermagem**, [S. l.], v. 4, n. 1, 2000. DOI: [10.35699/reme.v4i1.50984](https://periodicos.ufmg.br/index.php/reme/article/view/50984). Disponível em: <https://periodicos.ufmg.br/index.php/reme/article/view/50984>. Acesso em: 7 mar. 2025.

HALL, Stuart. **A identidade cultural na pós-modernidade** / Stuart Hall; tradução Tomaz Tadeu da Silva, Guaracira Lopes Louro. 11 ed. Rio de Janeiro: DP&A, 2006

JOSSO, Marie-Christine. **Caminhar para Si**. Porto Alegre: EDIPUCRS, 2010.

MACEDO, Roberto Sidnei. **A etnopesquisa crítica e multirreferencial nas ciências humanas e na educação**. 2. Ed. Salvador: EDUFBA, 2004, p. 35-75.

MEIHY, José Carlos Sebe Bom. **Manual de história oral**. São Paulo: Loyola, 2005.

NETO, Paulo de Mesquita. **Ensaio sobre Segurança Cidadã**. São Paulo: Quartier Latin; Fapesp, 2011.

NÓBREGA JÚNIOR, J. M. P. **Políticas públicas e segurança pública em Pernambuco: o case pernambucano e a redução da violência homicida**. Latitude (UFAL), v. 8, p. 315, 2014. Disponível em: <https://www.seer.ufal.br/index.php/latitude/article/view/1616/pdf>. Acessado em 23 de out. 2014.

PIMENTA, Melissa Rafaela Costa. **A política de segurança em Mossoró-RN: uma avaliação de processo da implantação da guarda civil (2009-2013)**. 2014. Dissertação Mestrado – Universidade Federal do Rio Grande do Norte, 2021. Disponível em: <https://repositorio.ufrn.br/jspui/handle/123456789/13743>. Acessado em: 22 de out. 2024.

PEREIRA DA SILVA VEIGA, C. C. A concepção de segurança cidadã e seus reflexos na formação de soldados da PMERJ. **Revista do Sistema Único de Segurança Pública**, Brasília, Brasil, v. 1, n. 2, 2022. DOI: 10.56081/2763-9940/revsusp.v1i2.a13. Disponível em: <https://revistasusp.mj.gov.br/susp/index.php/revistasusp/article/view/341>. Acesso em: 23 fev. 2025.

PESTANA, FERNANDA ANTONIA COSTA. **Mais que segurança, um processo de cidadania – Proposta de atuação da Guarda Civil Municipal de Maragogipe na Escola Municipal de Referência Plínio Pereira Guedes**. 52p. Trabalho de Conclusão do Curso de Tecnologia em Gestão Pública – Centro de Artes, Humanidades e Letras, Universidade Federal do Recôncavo da Bahia, Cachoeira, 2019. Disponível em: Acessado em 15 nov. 2024.

RICHARDSON, R. J. **Pesquisa social: métodos e técnicas**. 3. ed. rev. ampl. São

Paulo: Atlas, 2012.

SOUZA, J. G. B. e NEGÓCIOS, C. D. L. Ensaio sobre a violência em João Pessoa: o que anda nas cabeças, anda nas bocas. **A segurança cidadã: um projeto para a construção de uma política pública para o enfrentamento da violência**. 1a.ed. João Pessoa - PB: Editora UFPB, 2016, v. 1, p. 311-350.

TRIVIÑOS, Augusto Nibaldo Silva. Pesquisa Qualitativa in: **Introdução à pesquisa em ciências sociais: a pesquisa qualitativa em educação**. 1. ed. 18. reimp. São Paulo: Atlas, 2009. p.116-170.

VALADÃO, O Diagnóstico.

Disponível em:

<https://necvu.com.br/as-guardas-municipais-no-brasil-diagnostico-das-transformacoes-em-curso-2010/>. Acessado em 8 mar. 2025.

Ventola Marra, Adriana, Aderbal Fonseca, Jeferson, Marques Antônio Luiz. **O processo de identificação organizacional ante a reforma administrativa: um estudo exploratório**. *RAM. Revista de Administração Mackenzie* [en linea]. 2014, 15(1), 49-72[fecha de Consulta 19 de Feb de 2025]. ISSN: 1518-6776. Disponível em: <https://www.redalyc.org/articulo.oa?id=195429840003>